

## C-STUDIO

# Tecnologia deve ser “para todos e não apenas para alguns”



▲ Ana Sofia Antunes, secretária de Estado da Inclusão Superior

**Ana Sofia Antunes, secretária de Estado da Inclusão, esteve no evento para assinalar a importância de usar a inovação para criar uma sociedade mais justa em que todos, independentemente da sua condição, possam aceder aos serviços públicos.**

Uma das categorias a concurso na sétima edição do Altice International Innovation Award foi destinada precisamente à inclusão, em particular para os cidadãos com deficiência. Por considerar essencial garantir que todas as pessoas tenham acesso fácil e seguro aos serviços públicos, mas também ao usufruto das cidades, a secretária de Estado da Inclusão fez questão de marcar presença e apelar a que a tecnologia seja usada para criar uma sociedade mais justa. “Continua a ser motivador perceber que temos em Portugal entidades, empresas e fundações a trabalhar nesta matéria, a promover mais e melhor tecnologia todos os dias”, reconheceu Ana Sofia Antunes.

A responsável política referiu-se especificamente ao trabalho colabora-

tivo, realizado ao longo dos anos, entre a Fundação Altice e o Estado português no investimento em “inovação que promovesse inclusão para todos”, nomeadamente para a melhoria dos serviços públicos. A tecnologia foi “disponibilizada a quem dela mais precisa” e desenvolvida “em prol de pessoas surdas, em prol de pessoas com deficiência visual e, mais recentemente, na área das deficiências intelectuais e cognitivas”.

Ana Sofia Antunes lembrou a transposição de uma diretiva comunitária, algo que deu à secretária de Estado “especial motivação” fazer, que visa garantir que Portugal e os restantes Estados-membros da União Europeia “que aquilo que se produz em matéria tecnológica cumpre requisitos mínimos em matéria

**Governo criou uma nova plataforma tecnológica para aumentar o acesso “com autonomia, em segurança e em condições de inclusão” de cidadãos com deficiência aos serviços públicos**

de acessibilidade”. Ou seja, na prática criar uma obrigação imposta às empresas para que novas tecnologias possam ser usadas por todos os cidadãos. “Temos um período de adaptação até 2024, mas este foi um passo de extrema relevância”, afirmou.

Esta tem sido, de resto, uma prioridade da sua equipa desde que entrou para o Governo e que, apesar desse ciclo estar agora a chegar ao fim, verá ainda concretizado um novo projeto público para melhorar a acessibilidade dos serviços de atendimento do Estado. “Trabalhamos muito intensamente, nesta fase, no desenvolvimento de uma plataforma a que demos o nome Mais Acesso”, explica. Em causa está um conjunto de recursos de acesso livre que permita “a identificação de lugares de estacionamento adaptados” a pessoas com deficiência, a “georreferenciação nas nossas cidades dos pontos onde se localizam os serviços públicos e a informação sobre a acessibilidade dos mesmos” ou dados sobre como chegar até estes locais. Além disto, o novo portal vai ainda disponibilizar ferramentas de geolocalização “para que pessoas com deficiência se possam movimentar e deslocar dentro destes espaços de atendimento ao público com autonomia, em segurança e em condições de inclusão”.

Embora esteja de saída do executivo, na sequência das eleições antecipadas marcadas para 10 de março, Ana Sofia Antunes garante que deixa o cargo orgulhosa do que foi possível fazer nesta área. E lembra que o Plano de Recuperação e Resiliência foi, neste campo, um elemento facilitador.

“Uma das áreas que muito me orgulha saber que foi possível que passasse a contar com pacotes de investimento financeiro bastante substanciais é precisamente a área das acessibilidades, sejam elas acessibilidades físicas ou tecnológicas”, assegurou.